

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
LOYZE MARINA PEIXOTO DOS ANJOS

**DA HETERONOMIA À AUTONOMIA: a prática docente
numa perspectiva construtivista**

NATAL
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
LOYZE MARINA PEIXOTO DOS ANJOS
ORIENTADORA: PROF^a Ms. VANESSA ALESSANDRA CAVALCANTI
PEIXOTO

**DA HETERONOMIA À AUTONOMIA: a prática docente
numa perspectiva construtivista**

Artigo apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do
Rio Grande do Norte (UFRN) como
requisito parcial para obtenção do grau de
Pedagogo.

NATAL
2017

LOYZE MARINA PEIXOTO DOS ANJOS

DA HETERONOMIA À AUTONOMIA: a prática docente numa perspectiva construtivista

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Aprovado em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

a Prof^a Ms. Vanessa Alessandra Cavalcanti Peixoto
Orientadora

Ms. Maria Patrícia Costa de Oliveira
1^o Examinadora

Esp. Esthephânia Oliveira Maia Batalha
2^o Examinadora

NATAL
2017

RESUMO

A Educação Infantil como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996), busca promover o desenvolvimento integral das crianças. Diante disso, os principais objetivos deste trabalho são compreender como a autonomia moral, um dos conceitos importantíssimos para o desenvolvimento das crianças é construído e de que forma as professoras auxiliam na passagem da heteronomia à autonomia no contexto das instituições de ensino. Para isso, este trabalho se insere metodologicamente na abordagem qualitativa, de cunho descritivo, por meio de técnica de entrevista estruturada realizada com as professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI de Natal/RN e observação não participante na sala de uma turma da pré-escola do referido CMEI. Tal estudo se fundamentou na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 (1996), no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), e em autores como Devries e Zan (1998). Ao final desse artigo, concluímos que, por acreditar numa proposta construtivista, o/a professor/ deve mediar o desenvolvimento das crianças e para isso, se faz necessária a reflexão sobre a prática docente.

Palavras-chave: Educação infantil, criança, autonomia, docência.

ABSTRACT

Early childhood education as the first stage of basic education seeks to promote the integral development of children. Therefore, the main objectives of this work are to understand how moral autonomy, one of the most important concepts for children's development, is built and how teachers help in the transition from heteronomy to autonomy in the context of educational institutions. For this, interviews were conducted with the teachers of a Municipal Early Childhood Center and classroom observations of a pre-school class. They supported this article among other documents, the Lei de Diretrizes e Bases (1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), and Rheta Devries, Rheta and Betty Zan (1998). For believing in a constructivist proposal as an aid to the complete development of children, it is necessary to reflect on the teaching practice.

Key words: Child education, child, autonomy, teaching.

1. Introdução

A infância é o período no qual a criança dá seu primeiro passo na construção de sua autonomia, no exercício de sua cidadania e onde desenvolve habilidades e capacidades que lhe serão úteis durante toda a vida. É quando a criança tomando consciência de si, do seu próprio corpo e daqueles que vivem a sua volta, interage com eles para que a partir disso possa promover seu desenvolvimento integral.

Isso é legitimado pela Lei de Diretrizes e Bases que apresenta a educação infantil como:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p. 22.)

E afirma também que esta modalidade básica de ensino deve ser oferecida em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos.

Desta forma, a Educação Infantil a partir deste apontamento surge com o propósito de promover esse desenvolvimento integral baseando-se em três pilares: educar, cuidar e brincar indicados pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998). Este documento, destaca de que modo esses pontos se organizam e se interligam nas práticas educacionais:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998. Vol 2, p. 23).

Dessa forma, podemos compreender que além de articular os três pontos acima citados, a Educação Infantil se propõe a dispor em seus centros

de ensino de um ambiente propício para que, através da socialização, as crianças possam construir, por meio da brincadeira e do cuidado o reconhecimento do seu próprio corpo, de qual realidade está inserida, que relações estabelecem com as pessoas a sua volta e como expressar seus sentimentos e emoções.

Para que se tenha um acompanhamento das crianças ao longo de toda sua vivência na Educação Infantil existem os Pedagogos, que são responsáveis pela organização das atividades e todos os momentos de aprendizagens vivenciados pelas crianças para que elas possam experimentar ao longo de sua rotina momentos diversos com a finalidade de trabalhar os aspectos afetivos e emocionais, biológicos, psicológicos e cognitivos.

Antes de falar sobre como os professores podem auxiliar na construção da autonomia moral, vamos definir o que seria heteronomia e autonomia a partir dos pressupostos de Piaget (2004) que nos fala sobre a autonomia partindo do respeito e gerando uma a cooperação que supera o sentimento de submissão presente nas crianças pequenas. Para este autor,

Pode-se dizer, então, que o respeito mútuo, que se diferencia gradualmente do respeito unilateral, conduz a uma organização dos valores morais. Sua principal característica consiste em que implica numa autonomia relativa da consciência moral dos indivíduos, podendo-se deste ponto de vista, considerar esta moral de cooperação como forma de equilíbrio superior à moral da simples submissão. (2004, p.55).

Como heteronomia, podemos compreender essa relação de submissão estabelecida entre crianças e adultos que não permite que seja feita uma reflexão sobre suas ações. A criança quando heterônoma não conseguem resolver situações por elas mesmas, porque suas concepções do que é certo e errado se baseiam no que é dito pelos adultos. Elas não compreendem o outro como ser de vontades e não conseguem conversar para chegar a uma solução justa que seja satisfatória para todos. Podemos observar outros comportamentos em crianças que alcançaram a autonomia moral.

Sobre esse assunto, Devries e Zan (1998) usam o termo “crianças morais” para definir crianças autônomas e descrevem como elas se comportam quando alcançada essa autonomia. Segundo essas autoras:

Quando falamos de “crianças morais”, estamos falando sobre crianças que enfrentam questões que fazem parte da sua vida. Embora o conteúdo das questões morais na vida das crianças

possa diferir daquele dos adultos, as questões básicas são as mesmas. As crianças preocupam-se sobre como as pessoas (antes de tudo, elas mesmas) são tratadas muito antes de poderem compreender a Regra de Ouro, isto é, de tratarmos os outros como gostaríamos de ser tratados. Eles se preocupam com a agressão, uso correto (por exemplo, na hora de roupas para ocasiões especiais) e participação igual (por exemplo, na hora de arrumação). (1998, p.37).

Por ser um dos responsáveis pela promoção de experiências construtivas ao longo do processo de aprendizagem das crianças no ambiente de vivência, o professor ganha destaque nessa construção da autonomia. É por isso que nesse trabalho, buscamos pensar e responder sobre: como os professores veem, nas crianças da Educação Infantil, a passagem de uma heteronomia até a autonomia moral? E como organizam suas práticas nos momentos de intervenção ao longo das situações que surgem em sala na interação entre as crianças ou delas com os professores?

Questões comportamentais envolvendo os mais diversos ambientes de ensino, apesar de serem frequentes nos dias atuais, começaram a ser debatidas há muito mais tempo, juntamente com estudos feitos a respeito da forma como as crianças aprendem e desenvolvem as áreas físicas, motoras, psicológicas, emocionais e constroem conceitos como moral e respeito começaram a ser discutidos com autores como Piaget e Vygotsky ainda no século XX.

A partir de uma fundamentação sócio construtivista, ao longo deste artigo, vamos apresentar os conceitos que alguns professores tem sobre o que seria uma autonomia das crianças no ambiente de vivência e de que forma o professor se coloca como mediador e faz suas intervenções para que partindo das interações a criança possa alcançar uma auto regulação, não sendo necessária a influência de outros.

Compreender como atitudes, algumas vezes agressivas ou que vão contra os combinados estabelecidos em sala, nas relações professor-criança e criança-criança, são vistas por professoras de uma instituição de ensino infantil e de que modo elas organizam suas práticas para lidar com essa situação em sala, bem como identificar de que modo os professores se relacionam com suas crianças e como essa relação pode influenciar na construção da autonomia moral delas, são os objetivos deste trabalho e foram alcançados por

meio de uma metodologia qualitativa, utilizando de um método descritivo para apontar o que foi coletado por meio de entrevista estruturada, realizada no CMEI Mailde Ferreira Pinto Galvão, com oito professoras que assumem as turmas, desde Berçário até o nível IV.

A entrevista estruturada, com perguntas fechadas, foi realizada com 8 professoras componentes do grupo docente de um Centro Municipal de Educação Infantil localizado na Zona Norte de Natal. Esta entrevista tinha como objetivo coletar informações a respeito das concepções de heteronomia, autonomia, das professoras do já citado CMEI, bem como o modo como essas professoras reagem a esses comportamentos. Os dados coletados nas entrevistas foram descritos e utilizados ao longo da escrita deste trabalho.

Aliada a entrevista, foi utilizada observação não participante nesta mesma instituição, com uma turma, para compreender de que modo as professoras organiza sua prática no que diz respeito à autonomia das crianças. Foram realizadas 20h de observação com uma turma de Nível III da pré-escola. A instituição de educação infantil na qual se realizou a entrevista e observação foi escolhida por seu papel de referência no ensino de crianças em instituições municipais, sempre ganhando destaque nas mídias sociais e pela comunidade a respeito do seu bom trabalho na educação das crianças em seu contexto social e desenvolvimento de aprendizagem. Esse CMEI, é também o que recebe o maior número de solicitações de matrículas na rede municipal tendo acumulada uma lista de espera de vagas.

Além das entrevistas e observação, fez-se imprescindível que se refletisse qual o papel da instituição de educação infantil e toda a comunidade escolar nas relações estabelecidas em sala de que modo essas comunidades podem influenciar ou não nos casos que surgem, por isso, através de uma pesquisa bibliográfica e leitura dos documentos oficiais sobre essa etapa da educação foi possível identificar o que se espera das instituições de ensino direcionadas as crianças em idade pré-escolar. Além disso, a leitura do livro “A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral da escola” de Rheta Devries, Rheta e Betty Zan (1998), de textos e dos documentos oficiais que baseiam a educação como a LDB (1996) e o RCNEI (1998), bem como a leitura do texto “O desenvolvimento mental da criança” de Jean Piaget (2004) foram importantíssimos para elaboração deste trabalho.

Desta forma, estruturamos da seguinte forma: uma introdução ao tema, explanação sobre a metodologia adotada, uma seção voltada para fundamentar teoricamente autonomia e heteronomia, apontando o que as professoras da educação infantil pensam e como agem. Na seção seguinte descrevemos a observação realizada, refletindo sobre o que sabemos sobre a construção da autonomia moral. Finalizamos com algumas considerações sobre a importância deste trabalho.

2. Metodologia

Quando se trata da metodologia escolhida para este trabalho, foi usada uma abordagem qualitativa na coleta de dados, de cunho descritivo. Isso implica dizer que se buscou compreender o objeto de pesquisa com suas particularidades e nas experiências estabelecidas ao longo da pesquisa, descrevendo as informações coletadas. As entrevistas e observações foram realizadas no Centro Municipal de Educação Infantil Mailde Ferreira Pinto Galvão.

Deste centro de ensino foram entrevistadas 8 professoras que atuam como educadoras nas turmas de Berçário II e Níveis I, II, III e IV. Sendo uma professora do Berçário, duas do Nível I, duas professoras do Nível II, duas do Nível III e uma do Nível IV. As professoras entrevistadas tem faixa etária entre 26 e 42 anos e estão atuando na educação num período que vai de 4 à 15 anos. Os nomes aqui utilizados para representar as professoras são meramente ilustrativos.

A escolha por estas professoras se baseia numa amostra maior das concepções de professoras em diferentes níveis de aprendizagem onde as relações criança-criança e criança-adulto podem ser mais intensas e do modo como as professoras encaram essas interações.

Dessa maneira, na seção seguinte, passamos a fundamentar teoricamente o que as professoras da educação infantil do CMEI pesquisado pensam e como agem em suas práticas no que tange o tema sobre autonomia e heteronomia das crianças.

3. Autonomia e heteronomia: o que as professoras da educação infantil pensam e como agem?

Ao longo da graduação e de todas as experiências obtidas durante as disciplinas estudadas na jornada acadêmica, é possível afirmar que a construção de valores nas crianças se dá a partir do convívio social, primeiro copiando comportamentos reproduzidos pelos adultos ao seu redor, em seguida agindo de acordo com o que seus pais ou responsáveis recomendam e por fim atingindo um estado de autonomia na qual a criança é capaz de discernir que comportamentos e ações são positivos e quais são negativos, sem que necessariamente sigam os padrões estabelecidos por terceiros.

Segundo Piaget (2004) em seus estudos sobre o desenvolvimento mental da criança, essa auto suficiência moral, ou autonomia só é atingida por volta dos 11 anos quando por diversos fatores psicológicos é fornecida a criança todos os mecanismos para pensar sobre as consequências de seus atos e fazer suas escolhas de forma crítica. Mas isso não implica dizer que ao longo de sua infância as crianças não devam ser incentivadas a refletir sobre suas ações e o modo como essas afetam as outras pessoas ao seu redor.

Quando pensamos em crianças na primeira infância, em idade que se estende até os 7 anos a compreensão de certo e errado vai basear-se nas experiências vivenciadas em casa, no ambiente de convívio com adultos e com outras crianças. Ao longo deste trabalho vamos tratar de forma mais específica das relações que se dão nos centros de Educação Infantil, em especial no qual foi realizada a observação que resultou neste artigo.

Nas entrevistas, foram realizadas 7 perguntas sendo a primeira pedindo para que as professoras pudessem definir indisciplina, e pode-se observar que a maioria definiu como indisciplina comportamentos que consideram negativos e que acabam atrapalhando a rotina, não necessariamente ligados aos combinados feitos com as crianças como podemos observar na resposta cedida pela professora que aqui chamaremos de Carolina, que conceitua indisciplina como:

“A falta de atenção, a não concentração, distração; Fazer intervenções no momento errado, brincar na hora de focar, não conseguir segurar o próprio corpo.”.

Outras professoras responderam à pergunta citando as questões ligadas ao descumprimento de regras que contribuem para o bom funcionamento das atividades, como o exemplo da professora Giovana:

“Indisciplina é a transgressão de dois tipos de regras: regras morais com base nos princípios éticos como não xingar e não bater por exemplo e regras convencionais que é definida por um grupo com objetivos específicos como a escola por exemplo. Disciplina é o dever se cumprir regras, sem obrigações.”

Algumas professoras apontam também para importância do trabalho em conjunto para que as crianças cresçam conscientes dos combinados necessários para o convívio em sociedade. Um exemplo de definição de indisciplina aparece como:

“É a incapacidade de mediar os conflitos da sociedade marcada pela falta de limites, pela decorrência da educação básica, pela falta de respeito ao próximo e também pela sobrecarga da educação aos professores. Tanto professores quanto alunos e a família geram indisciplina.” (Professora Helena)

Nesta fala, podemos observar que segundo alguns professores, não só fatores dentro do ambiente de vivência influenciam no comportamento e na “disciplina” das crianças mas questões físicas, emocionais e sociais também, como a forma com que os pais atuam na criação dos seus filhos.

É preciso lembrar que o termo indisciplina não deve ser usado quando nos referimos a criança porque estas ainda estão em processo de formação e aprendendo a conviver em sociedade, este termo refere mais a crianças em idade escolar. Porém, esta é a forma como os professores compreendem as questões comportamentais, como iremos observar em algumas perguntas há dificuldade entre os professores para definir autonomia ou até mesmo compreender seu significado.

Quando perguntadas que importância as professoras atribuem aos bons comportamentos em sala, no ambiente de ensino, todas as professoras responderam que é essencial para sua rotina que as crianças apresentem um bom comportamento. E quando pedido que descrevessem o que é considerado na opinião das professoras um bom e um mau comportamento nas crianças, os

bons comportamentos foram de uma forma geral colocados como tudo aquilo que facilita o processo de aprendizagem, atitudes que colocam a criança como uma postura aberta ao aprender, disposta a direcionar sua atenção a professora não dispendo atenção aos colegas em momento inoportunos. Como podemos observar nos exemplos abaixo:

“Bom comportamento é quando a criança consegue focar e atingir o objetivo da unidade trabalhada em sala de aula. E mau comportamento é quando esse objetivo não é alcançado devido a distrações e falta de foco.” (Professora Carolina)

“Um bom comportamento é caracterizado por troca de ideias pelos alunos, pelo sentimento de liberdade de aprendizado. Um mau comportamento caracteriza pelas conversas sem fundamento, pela falta de atenção, pelo desrespeito com os colegas e professores.” (Professora Daniela)

Neste trecho citado acima, podemos observar que o “mau comportamento” também está ligado a atitudes consideradas desrespeitosas para com os colegas ou professores. Em alguns relatos as professoras descrevem como negativas as interações entre os alunos, sem considerar que é nesta relação e troca de experiências que são possíveis as aprendizagens. Em alguns casos a professora ainda se coloca como centro da atenção do fazer, negligenciando a possibilidade da criança partilhar seus conhecimentos prévios e contribuir na rotina de sala.

Agressões verbais ou físicas também estão inseridas na categoria de maus comportamentos, que são ampliadas por algumas professoras em suas definições como a que podemos ler a seguir:

“Bom comportamento seria seguir a rotina, cumprir com os combinados, respeitar a todos da sala, escutar a opinião dos outros, expor pensamentos e se colocar de forma participativa. Mau comportamento seria desrespeitar a qualquer pessoa, não ouvir, agredir de forma física ou verbal.” (Professora Helena)

Esta definição de bom comportamento nos reflete o que seria esperado pelas professoras dos comportamentos de suas crianças, e pode ser facilmente usada como um exemplo para ilustrar o comportamento de uma criança que tenha alcançado a autonomia moral. Deste modo, mesmo que sem ainda

descreverem ou fugirem um pouco do contexto relevante ao artigo quando perguntadas sobre autonomia e heterônima, as professoras são capazes de identificar a positividade deste comportamento.

Na quarta pergunta, as professoras foram convidadas a escrever a que causas poderiam ser atribuídas ao bom e mau comportamento de suas crianças. Algumas das professoras responderam que a educação que as crianças recebem em casa exerce muita ou uma influência considerável no comportamento das crianças, de forma negativa, como nos exemplos citados abaixo:

“A falta de negação (um tipo de disciplina) nas famílias dessas crianças. Os pais acham que vão traumatiza-los se disserem não.” (Professora Amanda)

“Acredito que a educação que é dada em casa ajuda muito no comportamento do aluno, assim como o entusiasmo ou não do professor contribui para essas atitudes comportamentais.” (Professora Daniela)

Uma das professoras além de associar os comportamentos aos ensinamentos provenientes das famílias, elas apresentam uma segunda possibilidade para esses comportamentos:

“Em primeiro lugar vem a criação dos pais ou convivência com outras pessoas, em segundo lugar é a índole do ser humano.” (Professora Eduarda)

Em contrapartida, algumas professoras reconhecem a importância do trabalho em conjunto e levam em consideração a idade de suas crianças antes de caracterizar um bom ou mau comportamento.

“Acredito que o mau e o bom comportamento se dão com o estabelecimento e importância que se dá ao cumprimento de regras, hábitos, instruções e conceitos sendo estes no ambiente escolar determinados numa ação conjunta entre escola e família.” (Professora Fernanda).

“Os meus alunos tem 4 anos e estão aprendendo a conviver em sociedade, sendo assim, não defino um bom ou mau comportamento.” (Professora Helena).

A quinta pergunta era referente as atitudes que as professoras adotavam diante de crianças que desrespeitavam as regras do ambiente ou algum colega e se as estratégias surtiam efeito, para isso as respostas foram muito diversas:

“Com diálogo e exemplos converso sobre os combinados para convivermos bem em grupo.” (Professora Amanda).

“Geralmente tiro ela do centro das atenções e a faço pensar um pouco se aquele comportamento está ajudando ou atrapalhando o bom funcionamento da aula. Às vezes dá certo, outras vezes nem tanto.” (Professora Carolina).

“Além de muita paciência, acredito que o mau comportamento deve ser tratado com um diálogo entre aluno-professor, professore e pais a fim de encontrar uma solução com eficácia.” (Professora Daniela).

“A intervenção é feita com um diálogo olho-no-olho na altura da criança, explicando atitudes, consequências e a liberdade de fazer determinadas escolhas que podem sentir tais consequências como escolha da própria criança, por exemplo: ‘Isto aconteceu porque você escolheu isso, mas foi uma escolha sua’. Sim, tem surtido efeito.” (Professora Giovana).

“Diante de um ‘mau comportamento’ ou descumprimento das regras como na faixa etária dos meus alunos, seria disputar brinquedos, normalmente converso e explico que cada um tem um momento para brincar e que precisamos respeitar os amigos. Geralmente funciona, não com todos, obviamente.” (Professora Helena).

Quando perguntadas em que baseavam suas atitudes em situações como essas, muitas professoras responderam que costumavam guiar suas ações nas disciplinas ao longo da sua formação acadêmicas ou de cursos geralmente disponibilizados pela escola ou por formações que buscam por conta própria ao longo da prática docente.

Na última pergunta, foi pedido que as professoras dissessem o que entendem por autonomia e heteronomia no desenvolvimento das crianças. A isso as respostas podem ser divididas em dois grupos, onde no primeiro podemos encontrar relatos que autonomia estaria relacionada a habilidade que as crianças tem de desenvolver atividades por si só como exemplificado abaixo:

“Autonomia é quando um aluno consegue realizar a atividade de maneira que não necessite o auxílio ou ajuda de outro. Já heteronomia quando se consegue trabalhar de forma autônoma

em um grupo, compartilhando experiências e ajudando ao outro.” (Professora Carolina).

Já no segundo grupo de respostas, podemos encontrar os que colocam a autonomia como a liberdade para mostrar seus desejos e heteronomia seria a imposição os desejos do outro sobre si.

“Autonomia seria o livre arbítrio de expressão ações/attitudes. Heteronomia seria aceitar passivamente aos valores e tradições impostos por terceiros, sendo assim o oposto da autonomia.” (Professora Helena).

Uma das professoras não respondeu a esta pergunta feita na entrevista que não compreendia o que seria autonomia e heteronomia.

É interessante fazer esta leitura do que os professores compreendem sobre determinados conceitos porque em sua prática os professores acabam transmitindo por meio de suas ações e de seu discurso o que esperam de suas crianças e que comportamentos valorizam. Deste modo, as crianças constroem a partir do modo como seus professores agem os conceitos que tem sobre eles, toda essa construção está permeada pela afetividade. Como nos aponta Solé (1999):

Nas representações construídas pelos alunos sobre seus professores, os fatores afetivos são fundamentais: a disponibilidade mostrada ao aluno, o respeito e o afeto a ele transmitidos, a capacidade de mostrar-se acolhedor e positivo constituem os eixos em torno dos quais os alunos formam uma representação de seus professores. (1999, p.42).

Ainda sobre as mensagens que os professores enviam aos seus alunos e sobre as posturas muitas vezes severas diante de comportamentos considerados negativos nas crianças, DeVries e Zan (1998) nos alertam que:

Mesmo os professores bem intencionados sentem que é de sua responsabilidade ser autoritário na sala de aula, oferecer as crianças regras e expectativas para o comportamento e discipliná-las pelo uso de recompensas e punições. (1998, p.)

As autoras acreditam que a melhor forma de promover a autonomia moral é através das experiências vivenciadas ao longo da vida e que os professores podem dar exemplos de como esperam que suas crianças ajam através de um currículo implícito por meio de suas próprias ações. E isso será

possível por meio da transmissão de valores que partem das instituições de ensino e professores para as crianças.

A partir do que já foi exposto, passamos a apontar o que foi observado no CMEI e a refletir sobre a construção da autonomia moral na criança.

4. Observação em ambiente escolar e o que sabemos sobre a construção da autonomia moral.

Durante muitos anos, a educação de crianças ainda na primeira infância definida por Piaget (2004) como período que vai de 0 a 7 anos, era vista como uma etapa que antecedia o ensino básico, não sendo considerada como algo de valor por si só e que possibilita as crianças um desenvolvimento em sua totalidade. A Educação Infantil, além de promover a socialização em um ambiente propício as interações e planejado visando o respeito e a autonomia das crianças, busca promover através da relação com outros a construção de capacidades e habilidades que ajudarão no convívio social ao longo de toda sua vida. Uma dessas capacidades é a da autonomia moral.

Quando muito pequena a criança rege suas atitudes segundo seus instintos mais primitivos, a partir das suas necessidades físicas e emocionais, com o passar dos anos, o convívio em sociedade exige das crianças uma regulação para que as suas vontades não ultrapassem o limite do outro e o agredam, danificando assim as relações sociais.

Podemos concluir que as regras as quais as crianças são submetidas estão em todos os ambientes sociais nas quais elas exercem suas atividades ao longo da vida, seja na igreja, na comunidade ou na escola. Mas que são externas a elas, em outras palavras, constituem uma heteronomia na qual a criança segue regras sem compreender porque as segue ou sem ter abertura para contestar as regras ou modifica-las. São fatores externos que a regem.

Piaget (2004) aponta como a construção da moral tem início muito precocemente ainda no ambiente familiar e ilustra como se dá essa heteronomia:

A primeira moral da criança é a da obediência e o primeiro critério do bem é durante muito tempo, para os pequenos a vontade dos pais. Então, os valores morais assim concebidos

são valores normativos, no sentido que não são mais determinados por simples regulações espontâneas como as simpatias ou antipáticas, mas graças ao respeito, por regras propriamente ditas.” (2004, p. 39).

No ambiente dos centros de educação infantil essas regras podem ganhar outro sentido porque garantem também o bom funcionamento da rotina e de todas as atividades o que não deve ser o objetivo principal, visto que para as crianças atingirem a autonomia moral é necessário que elas compreendam que as regras são necessárias não somente para facilitar a rotina.

O que podemos observar é que em alguns casos lamentáveis, as regras passam a ser estabelecidas pelas professoras e estas devem ser respeitadas pelas crianças em um contrato que em muitas vezes não foi estabelecido com eles. Quando as crianças obedecem as regras, são recompensadas pelas suas boas ações, quando desobedecem sofrem consequências e são alertadas a não mais fazerem aquilo.

Essa concepção de recompensa e punição, não favorece a construção da autonomia das crianças pelo contrário, favorece a permanência na heteronomia, visto que os combinados devem ser firmados pelas necessidades que surgem diante de situações em sala e não ter como parâmetro um adulto. Os combinados devem ser estabelecidos não só pela professora, como uma regra a ser seguida, mas compreendidos e respeitados pela necessidade no convívio em grupo.

As crianças na idade da Educação Infantil estão participando de um processo de desenvolvimento social, mental e físico altamente complexo. É inerente ao ser humano a socialização e compreensão do mundo a sua volta e das pessoas que fazem parte dele. Ainda nos primeiros dois anos de idade, pode-se observar como essa heteronomia se apresenta nas crianças em muitos momentos pela face do egocentrismo infantil.

As percepções de si próprio e do outro são um capítulo ímpar para o desenvolvimento da criança e aparecem como principais causas na dificuldade de interação com adultos e com outras crianças. Algumas dessas atitudes podem confundir-se com o egoísmo, quando na verdade são a ausência de percepção do outro, ou a visão de si em detrimento do outro.

Outra forma de perceber como a criança começa a compreender os limites entre ela e os outros nos é dada por La Taille:

Em primeiro lugar, o ingresso da criança no universo moral certamente se dá pela aprendizagem de diversos deveres a ela impostos pelos pais e adultos em geral: não mentir, não pegar as coisas dos outros, não falar palavrão etc. (LA TAILLE, 1992 p. 51)

É nesse contexto de recompensa e consequências que muitas vezes são construídos os valores na criança, é preciso que haja uma preocupação constante quanto a construção destes valores partindo de muito pequenos e permanecendo ao longo de toda a vida. Diante da realidade encontrada no CMEI, foi dada a oportunidade de observar a rotina de apenas uma turma de Educação Infantil, a gestão do Centro Municipal possibilitou a escolha entre o Berçário II e o Nível III para realização das observações, considerando que aos 4 anos as interações e intervenções podem ser observadas de forma mais completa, a turma da professora Helena foi escolhida para as observações. Não foi possível acompanhar a rotina de outras turmas no CMEI cujas professoras participaram da entrevista.

Durante a observação realizada na turma de Nível III alguns aspectos referentes as relações afetivas e de que modo a construção da autonomia moral é incentivada foram destacados. Como parâmetro para as observações e registros realizados foi utilizado o livro “A ética na Educação Infantil – o ambiente sócio-moral na escola” escrito por Rheta DeVries e Betty Zan (1998). Neste livro, foi possível observar diversos ambientes de vivência e como a abordagem das professoras pode contribuir de forma positiva ou negativa na construção da autonomia moral das crianças.

A primeira grande contribuição que este livro nos faz é a compreensão de que é possível um desenvolvimento sócio-moral de acordo com as interações que ocorrem com a criança ao longo de sua vida e que dependendo dos estímulos recebidos, o estado inicial de heteronomia pode ser modificado para uma autonomia moral. DeVries e Zan (1998) também mostram como seria o ambiente ideal para esse desenvolvimento:

O ambiente escolar mais desejável aquele que promove, em termos ótimos, o desenvolvimento da criança - social, moral, afetivo e intelectual. Infelizmente, o ambiente sócio-moral da maioria das escolas e das creches e escolas de educação infantil enfatiza de tal forma o desenvolvimento intelectual, que o desenvolvimento moral e afetivo são negativamente influenciados. (1998, p.13)

Partindo dessas orientações foram destacados alguns pontos nas observações. Primeiro aspecto relevante é a relação afetiva entre as crianças e a professora, todos os dias as crianças são recebidas com abraços e beijos e reagem de forma muito positiva ao carinho recebido pela professora. Essa relação também permanece ao longo do dia, as crianças se sentem à vontade para demonstrações de carinho e frequentemente dizem que amam a professora, sendo retribuídos nas declarações.

Apesar disso, nos momentos da roda inicial ou das atividades é possível perceber que as crianças interagem muito pouco com a professora e quando querem fazer algum comentário ou pergunta geralmente são repreendidos ou a professora pede que eles esperem alegando que “agora é minha vez de falar, vocês devem prestar atenção em mim”. Isso reafirma o que foi dito pelas professoras em entrevista quando colocam atitudes como falta de concentração e fazer intervenções no momento errado como comportamentos negativos.

Em alguns momentos nos quais as crianças não estão prestando mais atenção no que a professora está falando ou quando o tempo da roda ultrapassa vinte e cinco minutos, ela pede que as crianças mudem de lugar ou em alguns casos mais extemos quando conversa mais de duas vezes com a criança e não há melhora no comportamento a professora pede que a criança sente fora da roda.

Quando perguntada por que a criança não estará mais na roda com os outros ela respondeu “Porque ele está atrapalhando o momento da atividade e ele não está na casa dele para fazer o que quiser”. Essa afirmação reforça a ideia de que a educação que as crianças recebem em casa ou os limites flexíveis que os pais impõem podem estar influenciando de forma negativa o comportamento das crianças como dito em entrevista.

Em situações de conflito entre as crianças, a professora utiliza várias abordagens para solucionar o problema. Em alguns momentos ela conversa

diretamente com a criança que pegou algo do colega ou que o agrediu. A professora fala que o colega pegou primeiro o brinquedo e quando ele terminar a criança pode brincar com ele. Em alguns momentos ela pede para que a criança seja legal com seus colegas e fala que certas atitudes não são legais, pede que ele brinque com outro brinquedo, ou que converse com o colega para que eles possam brincar juntos.

Na maioria das situações a professora dá opções para que a criança escolha o que acredita ser a melhor alternativa, mas isso não implica dizer que elas farão o que quiserem. Quando uma das crianças vem falar a professora que um dos colegas não quer brincar com ela, a professora diz que não pode exigir que a outra criança brinque com ela e que existem algumas opções: a criança pode brincar sozinha, pode escolher outro colega para brincar ou pode conversar mais uma vez com o colega e propor uma nova brincadeira. E deixa que a criança decida o que fazer.

Em um determinado momento uma das crianças reclamou com a professora que um dos seus colegas estava abraçando-a com muita força. A professora aconselhou a criança a dizer ao colega: “Eu não quero abraços agora.” E conversou também com a outra criança pedindo que ela perguntasse antes se poderia dar um abraço no colega.

Quando um assunto é muito recorrente, como por exemplo, a frequente prática de brincadeiras de lutas no horário do parque que acaba machucando alguns colegas, a professora reforça o assunto durante a roda sem expor as crianças que participaram. A abordagem é feita por meio de perguntas, para que as crianças exponham suas opiniões sobre o assunto. “Vocês acham que é legal brincar machucando os colegas?” “De que outras formas nós podemos brincar no parque?”.

Essa abordagem contribui para construção da autonomia a medida em que favorece a reflexão das crianças e cria uma relação de respeito na qual o professor valoriza a opinião dos alunos ao invés de exigir que eles parem de fazer alguma atitude que ela considera inadequada.. DeVries e Zan (1998, p.) destacam essa relação na construção da autonomia: “O método pelo qual o relacionamento autônomo opera é o de cooperação. Cooperar significa lutar para alcançar um objetivo comum enquanto coordenam-se os sentimentos e perspectiva dos outros.”. Deste modo, a professora além de perguntar o que se

pode fazer, pede a cooperação das crianças, ajudando na construção da sua autonomia.

Em algumas situações a professora participa das brincadeiras com as crianças e permeia entre fazer intervenções quando existem conflitos e pedir que as crianças resolvam os conflitos por elas mesmas. A professora também faz intervenções para ajudar as crianças a integrarem todos nas brincadeiras e a resolver seus conflitos entre si, bem como ajudar na organização da sala ao final da brincadeira.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) nos mostra de que forma os sentimentos de cooperação e igualdade auxiliam na construção de valores:

Para que as crianças possam aprender a gerenciar suas ações e julgamentos conforme princípios outros que não o da simples obediência, e para que possam ter noção da importância da reciprocidade e da cooperação numa sociedade que se propõe a atender o bem comum, é preciso que exercitem o autogoverno, usufruindo de gradativa independência para agir, tendo condições de escolher e tomar decisões, participando do estabelecimento de regras e sanções. (BRASIL, vol 2, p.15)

Ao longo deste trecho podemos observar também a importância da auto regulação como produto final da autonomia, esse conceito é reforçado por Aquino, (1996) quando afirma que:

A sequência 'bem-sucedida' do desenvolvimento moral deverá, justamente, corresponder ao estabelecimento de um controle interno, ou seja, um autocontrole, uma obediência às regras que não dependa mais exclusivamente do olhar dos pais ou de outras pessoas. (1996, p. 15)

O que se deve procurar proporcionar num ensino baseado na construção de valores é a autonomia moral das crianças e não apenas o cumprimento não reflexivo das regras ou o medo de punição diante da figura do professor. Deste modo, o que se toma como base nessas relações construídas de forma positiva ao desenvolvimento é o respeito entre professores e crianças e entre elas mesmas, a relação afetiva e sensação de cooperação e pertencimento social ao grupo também influencia nos aspectos valorizados pelo grupo.

A postura da professora, apesar de não garantir o sucesso da construção afetiva e moral, é capaz de transmitir que através do afeto e do

apego as regras ou combinados podem ser compreendidos e respeitados pela qualidade das relações e não por medo de punição ou desejo de recompensa.

Ainda assim é preciso que a professora compreenda a importância de promover experiências nas quais as crianças sejam capazes de regular seus próprios comportamentos e de construir a valorização de si e dos outros para que as suas ações sejam baseadas no respeito e na cooperação. Só assim, através da construção de valores permeados pelas interações sociais, as crianças serão capazes de sair de seu estado heterônomo para a autonomia moral juntamente com o desenvolvimento das capacidades sociais, emocionais e intelectuais.

5. Considerações finais

Quando superada a compreensão de Educação Infantil como simplesmente um espaço, ou etapa preparatória para o ensino fundamental no qual as crianças podem permanecer por um determinado tempo em uma instituição responsável pela promoção da socialização das crianças vê que os centros de ensino infantil têm responsabilidades, entre elas está o desenvolvimento integral das crianças. Esse desenvolvimento ocorre em várias áreas, sejam elas física, mental, intelectual, emocional e moral. Esta última área, tendo sido o interesse deste trabalho.

Ao fazermos um apanhado de tudo o que foi discutido ao longo do presente artigo, é possível observar de que as opiniões das professoras a cerca das questões apresentadas a elas, bem como suas respostas nos forneceram pontos de vista bem diferenciados a cerca do que foi perguntado. Com exceção a segunda pergunta, onde todas responderam que a importância do bom comportamento era fundamental, não houve perguntas cujas respostas foram tão unânimes.

Os dados coletados, apesar de não nos fornecerem uma ideia precisa do que as professoras entrevistadas querem dizer diante das perguntas ou de que forma se estabelece a relação entre o discurso e o fazer em sua prática,

pode-se observar uma carência de referências nas respostas além da própria prática.

Algumas professoras na entrevista não souberam dizer o que seria a autonomia no desenvolvimento das crianças e expuseram suas ações em situações de conflito como uma forma de apaziguar as situações e buscar resolvê-los de maneira imediata sem nenhuma referência a ações a longo prazo ou que façam as crianças trabalharem seu autocontrole.

Quanto a observação, muitos aspectos vistos em sala nos remetem ao que podemos chamar de ambiente sócio-moral descrito por DeVries e Zan (1998) como "toda rede de relações interpessoais que forma a experiência escolar da criança. Essa experiência inclui o relacionamento da criança com o professor, com outras crianças, com os estudos e com regras." (1998, p. 17).

O ambiente observado pode ser caracterizado como acolhedor e a professora busca promover a participação de todos ao longo da rotina. Foi possível ver que em alguns momentos a professora se coloca como uma integrante da turma tanto quando os alunos e propõe a eles que cuidem do espaço do mesmo modo como ela faz. Neste caso, em que a professora responsável pela turma observada também respondeu a entrevista foi possível uma relação maior entre o discurso e o fazer pedagógico.

Quando pensamos sobre de que forma se constrói a autonomia moral, não é possível afirmar o grau de influência que as professoras exercem em suas crianças e se as experiências vivenciadas nos centros de educação infantil serão determinantes para um bom desenvolvimento dessa autonomia, mas é correto dizer que quanto maiores forem oportunidades dadas a criança de pensar os seus atos, maior será sua empatia e habilidade de compreender os sentimentos dos outros.

Através de uma somatória de interações vivenciadas pelas crianças, elas se tornam capazes de passar de uma compreensão de heteronomia para a autonomia e essa passagem de uma fase para a outra. No ambiente de vivência escolar, essa passagem ganha mais destaque porque influencia de forma direta na relação com os colegas e professora. Por isso, é necessário que se pense na maneira como as pedagogas fazem suas intervenções e abordagens em sala e da forma como isso pode favorecer na construção de valores.

Diante disso, é preciso que se reflita a partir dos conceitos apresentados pelas professoras que ambiente estão sendo disponibilizados para nossas crianças e que tipo de comportamentos são esperados delas. Se damos importância ao bom comportamento ou a forma como as crianças conseguem assimilar o que se é trabalhado em sala de aula, estamos negligenciando outros aspectos do crescimento integral.

Se por outro lado, um ambiente em que a professora ganha lugar de destaque no processo de aprendizagem e interações entre as crianças são vistas como um ponto secundário de sua vivência, não estaremos permitindo que as crianças possam experimentar sentimentos de cooperação e igualdade nas suas relações, sendo privados de resolver seus próprios conflitos e trabalhar no seu autocontrole, culminando na autonomia moral.

O ideal então, é que as professoras busquem fazer de suas salas um ambiente que promova a liberdade nas relações sem comprometer o senso de justiça e os valores ou combinados que permeiam as relações entre criança-professor e criança-criança. Permitir essa liberdade não deve implicar na ausência de obediência por parte das crianças ou em uma desordem completa, pelo contrário, a obediência desse modo acontece de forma muito mais completa porque é motivada pelo afeto e não pelo medo de punição ou desejo de recompensa.

E por fim, é preciso que haja uma parceria entre familiares e escola, para que as experiências vivenciadas nos mais diversos ambientes ajudem as crianças a construir seus próprios conceitos a respeito dos valores necessários para convivência social e alcancem como resultado a autonomia moral.

6. Referências

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** – São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB nacional: Lei de diretrizes e bases da educação nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159)

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola.** Tradução Fátima Murad. Porto Alegre, Artmed, 1998.

LA TAILLE, Yves de. **O desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget.** In LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa (Org). Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo, Summus, 1992.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento mental da criança.** In _____ seis estudos da psicologia. Rio de Janeiro Florense Universitária, 2004.

SOLÉ, Isabel. **Disponibilidade para aprendizagem e sentido da aprendizagem.** In: COLL, César et all. O construtivismo na sala de aula. São Paulo, Ática, 1999.

VYGOTSKY, L.S. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança/** L.S. Vygostky e A.R. Luria; trad. Lólio Lourenço de Oliveira – Porto Alegre: Artes Médicas , 1996.